

Turismo e Patrimônio no Município de São Sebastião / SP

Rodrigo De Benedictis Delphino¹

Resumo

Esta pesquisa, realizada no município de São Sebastião, litoral norte do Estado de São Paulo, teve como objetivo estudar o patrimônio cultural e natural da região, bem como a sua conservação e deterioração, pressionados principalmente por seu porto que, ao longo dos anos vem ganhando maior importância econômica, pela presença da Petrobrás cujas atividades se encontram em grande expansão, assim como o Turismo, desenvolvido especialmente nas praias mais distantes do centro do município. Destaca-se que o *corpus* da pesquisa foi construído por conveniência, a partir da indicação do primeiro depoente. Foi adotado o tipo de abordagem qualitativa, baseado nos depoimentos de quatro entrevistados, dois moradores e dois turistas de segunda residência, que testemunharam transformações ao longo dos anos, visto que se busca apreender o comportamento e atitudes dos antigos moradores no trato com o patrimônio cultural e ou natural do município de São Sebastião. O resultado da pesquisa foi a constatação de que em alguns locais, o patrimônio tanto natural quanto cultural está em avançado estado de destruição faltando propostas efetivas de preservação desse legado, assim como de um planejamento turístico adequado às necessidades do município.

Palavras chaves: Turismo. Patrimônio Cultural. Patrimônio Natural. Planejamento Turístico. São Sebastião/SP.

Introdução²

O município de São Sebastião é repleto de várias praias que se assemelham em qualidade às localizadas no litoral nordestino brasileiro, porém seus encantos não se restringem às praias, pois vários empreendimentos turísticos situam-se dentro de áreas de mata atlântica, possibilitando o contato com a natureza. Concentra-se numa estreita e longa

¹ Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi – UAM, professor do curso de Pós-Graduação em Gestão Patrimonial e Ambiental em Turismo e do Tecnólogo em Gestão do Turismo do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ - Uned Nova Friburgo.

² Este artigo mostra uma parte da minha dissertação de Mestrado, Turismo e Patrimônio no Município de São Sebastião / SP, defendida em março de 2009, sob orientação da Profa. Dra. Sênia Bastos, na Universidade Anhembi Morumbi.

faixa de terra, e de acordo com Domschke (1998) “o município possui um Distrito, São Francisco e trinta e sete bairros, sendo que apenas três não têm praias”. Segundo informações da prefeitura³ local o município tem 78 quilômetros de natureza e 33 praias, e localiza-se entre a Serra do Mar e o Canal, que é uma passagem marinha com 25 km de comprimento e 40m de profundidade máxima localizada entre a Ilha de São Sebastião (Município de Ilhabela) e o continente. Outrora, as montanhas foram cobertas por matas, mas hoje estão desmatadas pela construção de condomínios, que tem o predomínio de turistas entre seus moradores e também devido à expansão da Petrobrás, que monopoliza boa parte do território local.

O município situa-se no Litoral Norte do Estado de São Paulo, região Sudeste do Brasil. Faz divisa com os municípios de Caraguatatuba (ao Norte), Bertioga (ao Sul), Salesópolis (a Oeste) e o Oceano Atlântico e Ilhabela (a Leste). Está a 209 km da cidade de São Paulo e 450 km da cidade do Rio de Janeiro. As rodovias que ligam essas cidades ao município são: a Rio-Santos (BR 101), Tamoios (SP 99), Presidente Dutra (BR 116) e Sistema Ayrton Senna e Carvalho Pinto (SP 70).

Na metade do século XIX, a região tinha 106 fazendas, onde 2.185 escravos produziram 86 mil arrobas de café no ano de 1854. A economia local entrou em declínio com a abolição da escravatura e a abertura da ferrovia Santos - São Paulo. (www.saosebastiao.sp.gov.br).

O acesso por terra era praticamente inexistente, obrigando quem quisesse se deslocar até a região a optar pelo acesso marítimo que era perigoso e demorado.

Segundo De Benedictis (2008, p. 25)

Até 1931 as ligações entre o planalto e o litoral norte eram difíceis.
Caraguatatuba só era acessível por mar. Coube ao comandante da força pública
Edgard Pereira Armond, a iniciativa de ligar o Vale do Paraíba ao litoral transpondo
a serra do mar.

A "descoberta" de São Sebastião ocorre após a abertura da rodovia Rio - Santos no final dos anos 1970, proporcionando ao município mais uma oportunidade de desenvolvimento, agora baseada também no Turismo. Porém, a cidade não depende apenas da atividade turística para sobreviver, pois tem um porto com um grande diferencial, o seu grande calado (profundidade para os navios passarem), que permite a passagem e atracação de

³ <http://www.saosebastiao.sp.gov.br>

grandes navios, favorecendo sua utilização para exportação e desafogando o Porto de Santos. E também conta com a presença da Petrobrás que tem forte atuação na região.

Alguns dos autores utilizados como suporte teórico para este artigo, como, por exemplo: Scocuglia (2004), Bastos (2004) e Menezes (1996) retratam o patrimônio cultural e sua relação com a comunidade local, investindo na inclusão, ou seja, em aproximar o morador do patrimônio, pois só por meio do uso é que será possível despertar algum sentimento de preservação desse legado histórico.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, o conceito de patrimônio subdivide-se em patrimônio natural, ou seja, o meio ambiente e patrimônio cultural que é tratado didaticamente por sua natureza tangível, que são os bens edificados como monumentos arquitetônicos (edificações) e obras de arte (esculturas) e patrimônio cultural intangível que são as festas, o artesanato, as danças típicas.

Bastos (2004) afirma que o conceito de patrimônio ainda é recente, muitos autores têm diferentes definições, como por exemplo: Rodrigues (2005) que traz o conceito o qual a palavra patrimônio indica uma escolha oficial, envolvendo exclusões daquilo que não é oficial.

Mas todos concordam com a necessidade da interação com a comunidade, é preciso fugir do conceito de patrimônio recuperado e fechado, sem uso, ou só para as elites. Scocuglia (2004) afirma que é essencial a revitalização do centro histórico de uma cidade, desde que essa transformação seja aliada à prática do consumo e com isso possa trazer a população para esse espaço, seja por meio de shows típicos, danças, concursos de fotografias, etc.

É necessário buscar a valorização da identidade cultural, pois esta permitirá que se intensifique o sentimento de pertencimento à comunidade, pois se o patrimônio for desvalorizado e deixado de lado, mostrar-se-á claramente a dependência cultural local (BASTOS, 2004). É preciso evitar a importação de culturas e reconhecer a do município, valorizando a cultura de comunidades tradicionais da localidade.

A própria Carta de Veneza⁴ (1964) já tratava dessa questão e da importância de trazer a comunidade para o patrimônio. Rodrigues (2005) reforça essa tese ao afirmar que os pobres não eram considerados como construtores de cultura, portanto não tendo direito a indicar algum bem para preservação.

4 Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. (www.iphan.gov.br)

Por meio da preservação e da manutenção da cultura da localidade será possível melhorar a oferta da hospitalidade nas relações entre visitantes e visitados. Para Barretto (2004) no Turismo é possível perceber problemas históricos que acompanham a humanidade, como: o colonialismo cultural, ou a importação da cultura que o turista traz e que muitas vezes acaba por sufocar a cultura local.

Para Monnet (1996) não respeitar o patrimônio é considerado como indicador de uma sociedade que perde suas referências, sua alma, ou seja, a população não se identifica mais com o lugar modificado e incorporado de acordo com as transformações que o Turismo proporciona tanto na paisagem, quanto no modo de vida local.

Esse colonialismo, se não for combatido, pode acabar com a memória e a identidade de uma comunidade, fazendo com que o morador não se reconheça mais na localidade.

Segundo Menezes (1996, p.5):

Sem a cultura não há produção e reprodução da sociedade. A cultura não nasce com o seu humano, decorre de ação social e para isso necessitam de mecanismos de identificação, enculturação e aceitação.

Por isso a preservação do patrimônio cultural, seja ele tangível ou intangível, é de suma importância para uma cidade ou região. É preciso evitar que o morador fique sem referências culturais e patrimoniais, ou seja, sem passado, sem memória.

Lovisololo (1989, p. 16) afirma que:

A perda da memória proporciona o desenraizamento das origens e do pertencimento [...] a memória histórica é primordial para o sentimento local, sendo constitutiva das lutas contra a opressão...

A nação, ou mesmo uma cidade define sua identidade através da posse de seu patrimônio cultural ou sua cultura, (HANDLER, 1987 apud GONÇALVES, 1988). Sem a preservação do patrimônio cultural, uma cidade está fadada a perder suas raízes, sua identidade e ser obrigada a ver a cultura de outra localidade se enraizando. Essa acaba por ser a lógica do Turismo, que se apropria dos espaços e da cultura local.

A apropriação dos espaços deve ser harmoniosa para evitar a exclusão da população local, que tem histórias, memórias e principalmente vivem e tiram seu sustento daquele lugar.

A atividade turística não pode ser um vetor de exclusão da população local [...] os lugares que hoje são considerados atrativos são também lugares de lazer da população local e foram apropriados pelos agentes do Turismo e com isso passam a ter novos significados na cidade (BORGES; SANTOS, 2006, p. 17).

Este trabalho foi idealizado após a percepção da importância da preservação do patrimônio cultural, seja tangível, seja intangível e do patrimônio natural. A frequência ao litoral norte nos últimos trinta anos permitiu acompanhar as transformações na paisagem, principalmente dos municípios de São Sebastião e Caraguatatuba.

O Patrimônio Cultural de São Sebastião hoje e ontem

A cidade de São Sebastião por toda a sua história, que data do século XVI, possui alguns exemplares de bens imóveis que foram incluídos na categoria de patrimônio cultural.

Em 1969, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – Condephaat, através do processo nº 14150/69 iniciou o processo de tombamento de uma parte do centro histórico do município de São Sebastião.

Os imóveis tombados foram inscritos no Livro do Tombo, o que significa que o bem não pode ser destruído, é preciso respeitar a área envoltória, os bens do entorno também não devem ser descaracterizados, a menos que haja uma autorização. Qualquer projeto ou intervenção precisa de aprovação dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio, no caso do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, do Condephaat e da secretaria do patrimônio histórico do município.

De acordo com Gonçalves (2002, p. 65):

O procedimento legal por meio do qual os bens culturais são apropriados ou oficialmente reconhecidos como patrimônio é o chamado tombamento. [...] O tombamento é um ato declaratório da incorporação de um bem ao patrimônio histórico e artístico nacional.

Assim que um bem é tombado é inscrito em um dos livros do Tombo⁵, onde o tombamento é o estágio final de um longo processo, que passa por especialistas que definem depois de cuidadosa análise, se tal bem merece ser tombado. Muitos bens imóveis enfrentam a obrigatoriedade da preservação e conservação por parte dos proprietários destes bens, mas isso nem sempre é fiscalizado, embora seja crime previsto no código penal (GONÇALVES, 2002).

Muitas construções, dentro do perímetro tombado, foram derrubadas ou descaracterizadas, além disso, o entorno dos imóveis, que também deveriam ter sido

⁵ Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas-Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

preservados foram alterados, sendo que qualquer tipo de intervenção, teoricamente, deveria ter sido analisada pelos órgãos de preservação do patrimônio, mas nem sempre isso tem sido respeitado.

No centro histórico do município, muitos exemplares da cultura local já foram reformados ou demolidos, contribuindo para que a população não se reconheça nesse legado.

Esse problema pode resultar na distância existente entre o patrimônio histórico-cultural e a maioria da população. Muitos não compreendem seu valor significativo, pois não se reconhecem nessa herança.

Segundo Rodrigues (2005, p. 22):

A finalidade do patrimônio, originalmente tida como a de representar o passado das nações, multiplicou: existe a visão do poder público, que pretende a valorização dos bens como mercadorias culturais e a de parte da sociedade, que o vê como um fator de qualidade de vida.

Para Bastos (2004) o conceito de patrimônio cultural pode ser entendido como um amplo e diversificado conjunto de bens culturais, expressões e os fazeres das classes populares. Já para Rodrigues (2005, p. 16):

O patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos.

Passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política.

Ou ainda, segundo definição do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS (1985):

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular [...] Qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem através dos valores em que encontram fontes de inspiração.

E para garantir que pelo menos alguns possam ser preservados foi idealizado o processo de tombamento⁶. Segundo o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, o tombamento é um instrumento legal, aplicado por ato administrativo, onde o valor cultural do bem é reconhecido e se institui sobre ele um regime especial de proteção.

⁶ “O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal. Os tombamentos federais são da responsabilidade do Iphan e começam pelo pedido de abertura do processo, por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. Tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens.” (DOMSCHKE, 1998, p. 11).

No Estado de São Paulo, o órgão encarregado da proteção do patrimônio cultural e natural é o Condephaat, criado por meio da Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, com a finalidade de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural.

Na cidade de São Sebastião, segundo o sítio da prefeitura, na esfera municipal existe o Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural que visa à promoção de estudos, pesquisas e intervenções voltados ao patrimônio histórico e cultural. Compete ao município, no exercício de sua autonomia, legislar sobre tudo quanto respeite ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, promover a proteção do patrimônio histórico-cultural, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

No centro histórico, além das sete quadras, também são tombados pelo Condephaat a Capela São Gonçalo, a Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja Matriz e o edifício Praia Hotel, além de alguns imóveis isolados, como a Fazenda Santana, o Convento de Nossa Senhora do Amparo e as Capelas Caiçaras que foram construídas entre 1920 e 1960.

Algumas ruas ainda mantêm seu calçamento original, de pedras (iguais a paralelepípedo), com sua largura original, mas as calçadas já foram reformadas e adaptadas ao uso atual. A prefeitura reformou algumas ruas e trocou o pavimento de pedras por lajotas, buscando facilitar o trânsito de pedestres por entre as vielas, mas está contribuindo para sua descaracterização.

A cidade pode investir na conversão do patrimônio cultural e natural em atrativo turístico, tendo como alternativa sua transformação em mercadoria, porém isso pode comprometer ainda mais a relação dessa herança com o morador e até mesmo ampliar a degradação desse bem histórico.

O Brasil assinou um documento em 1967, chamado a Carta de Quito⁷. Nessa carta, era recomendado que os projetos de valorização do patrimônio fossem incluídos nos planos de desenvolvimento nacional e das regiões turísticas. (RODRIGUES, 2005, p. 18).

Uma alternativa é incluir o patrimônio nas atividades recreativas da população local (BASTOS, 2004). É preciso aliar a atividade turística com a preservação, onde um contribui com o outro, por exemplo: um festival caiçara pode atrair milhares de turistas interessados por essa cultura, na culinária, e ao mesmo tempo gerar receita que possa contribuir para a permanência desse patrimônio cultural intangível.

⁷ O Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA) promoveu um encontro no Equador buscando aliar a valorização do patrimônio com o desenvolvimento.

Com relação ao patrimônio natural, de acordo com a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, o litoral norte do Estado de São Paulo é provido de paisagens naturais exuberantes, as encostas da Serra do Mar cobertas pela mata atlântica, e a extensa faixa litorânea compõem esse cenário. Segundo a prefeitura de São Sebastião (www.saosebastiao.sp.gov.br):

Com quase 315 mil hectares, desde a divisa de São Paulo com o Rio de Janeiro, [...] representa a maior porção contínua preservada de mata atlântica do Brasil. O Núcleo Caraguatatuba integra a rede de Unidades de Conservação, administrada pela Secretaria do Meio Ambiente, por meio do Instituto Florestal. Com o nome inicial de Reserva Florestal de Caraguatatuba, a área passou a ser um Núcleo do Parque Estadual da Serra do Mar em agosto de 1977.

A Serra do Mar foi tombada em 1985 pelo Condephaat⁸, sendo que cerca 90% da área tombada é composta por parques, reservas e áreas de proteção especial e que em tese não podem ser derrubadas para a construção de qualquer edificação. Isso significa que muitos condomínios que abrigam casas de veraneio podem estar em situação irregular.

O Porto e a Petrobrás

O porto sempre desempenhou importante papel no desenvolvimento de São Sebastião. Em uma época em que os meios de comunicação eram escassos, o porto representava o elo entre o centro administrativo da colônia, a metrópole, as vilas e os povoados do interior. Foi escoadouro de produtos como: açúcar, aguardente, ouro, tabaco café, cerâmica, madeira de lei (para a construção naval inglesa), e receptor das importações necessárias as vilas e povoados coloniais, tais como: ferragens, tecido, instrumentos médicos e artigos de luxo. Dotado de grande calado natural, além de ser utilizado para o transporte de mercadorias e pelos navios que faziam o transporte do ouro das Minas Gerais, também era usado por piratas e contrabandistas. (DOMSCHKE, 1998)

O Governo do Estado de São Paulo requereu à União a concessão do Porto de São Sebastião, visando a sua exploração, o que ocorreu através da lei nº 2.124, de 30 de dezembro de 1.925, outorgada pelo Decreto nº 17.957, de 21 de outubro de 1.927, assumindo a incumbência de construir obras portuárias, com base em orçamentos aprovados pelo Governo Federal. Em 29 de agosto de 2007, foi criada a Companhia Docas de São Sebastião - CDSS,

⁸ Decisão homologada pela Secretaria da Cultura e consubstanciada na Resolução SC nº 40, de 6 de junho de 1985 publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 15/06/1985. Fonte: <http://www.tombamentodaserradomar.org.br>

para administrar o porto, estando vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes de São Paulo ([http:// www.dersa.sp.gov.br](http://www.dersa.sp.gov.br)).

Segundo a Companhia Docas que administra essa instalação, o movimento na zona portuária gira em torno de 500 mil toneladas/ano. A meta era dobrar esse volume para um milhão de toneladas, até dezembro de 2008. A área total do terminal é de 2,9 milhões de metros quadrados, ocupando 70% da região central da cidade.

O governo do Estado tem um projeto em conjunto com a Petrobrás para ampliação do local cujos investimentos demandados giram em torno de dois bilhões de reais. A idéia é desafogar o Porto de Santos e aumentar o fluxo do terminal de cargas de São Sebastião. Um dos maiores entraves para a sua expansão é sua proximidade ao centro do município e, conseqüentemente do seu centro histórico, fazendo com que qualquer tipo de ampliação afete, mesmo que indiretamente, o seu patrimônio cultural seja ele tombado ou não.

Segundo Bussinger (Revista Litoral Norte, julho de 2008), presidente da Companhia Docas de São Sebastião - CDSS que administra o porto:

[...] empreendimentos humanos normalmente produzem impactos, principalmente quando se trata da implantação de infra-estruturas. Alias, é justamente para isso que eles são concebidos, projetados e postos em funcionamento.

Tal afirmação refere-se à destruição de edificações históricas que estavam no terreno a ser utilizado na ampliação do porto, assim como ao aterramento do mangue, berço de peixes e moluscos, que simplesmente podem desaparecer. Segundo o Caderno Cotidiano do Jornal Folha de São Paulo⁹, a área a ser aterrada tem 500 mil m². Área de rica biodiversidade é utilizada freqüentemente como laboratório aberto pelo Centro de Biologia Marinha – CEBIMAR da Universidade de São Paulo – USP, localizada no município. A movimentação da estatal no terminal marítimo gira em torno de 38,9 milhões de metros cúbicos de petróleo e derivados, 35% do volume é importado, o que possibilita um aumento na arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS do município. (Jornal Vale Paraibano).

A empresa tem grande influência na política de expansão da cidade. O centro da cidade, e conseqüentemente seu centro histórico, está espremido entre os tanques de petróleo e o mar. A expansão, principalmente da Petrobrás e do porto, em nada contribui para a criação de espaços de convivência na região, que na verdade estão sendo eliminados.

⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1203200829.htm>

O terminal utilizado pela estatal é responsável por 50% da movimentação de petróleo do país, com 39 tanques com capacidade para armazenamento de 12 milhões de barris. A empresa é uma das interessadas na ampliação do Porto de São Sebastião, pois o utiliza bastante para exportação.

Embora a empresa tenha seu grau de importância econômica local e regional, é preciso elaborar um planejamento para evitar a restrição à acessibilidade como por exemplo: a ocorrida no bairro de Vila Amélia que provocou seu isolamento, pois está cercada por tanques de petróleo. A empresa tem que se preocupar com as pessoas que moram ao redor de suas instalações, valorizando seu entorno, mostrando para as populações locais que a empresa se preocupa com o meio ambiente e que segue todas as normas adequadamente.

Considerações finais

Esta pesquisa buscou refletir como o crescimento desordenado, tanto do porto, quanto da Petrobrás e do Turismo afetaram a preservação e a conservação do patrimônio natural e cultural de São Sebastião.

A população e sua memória estão espremidas entre os condomínios, habitados principalmente por turistas, o porto e a Petrobrás, dificultando a preservação de seu legado histórico e de uma convivência harmônica nesses locais.

De que vale preservar prédios antigos se isso não reverte em benefício da comunidade, ou seja, isso quer dizer que preservar é importante, desde que a população possa participar desse processo e interagir com o patrimônio, revitalizá-los promovendo ações culturais, *shows*, apresentações de dança etc. (MELO, 2005).

O porto trouxe o desenvolvimento para a cidade, proporcionou um crescimento e até mesmo uma menor dependência do Turismo, mas por outro lado está afetando com danos, possivelmente irreversíveis, o patrimônio natural, como o aterro do mangue, necessário para sua ampliação e o patrimônio cultural, com a destruição de casarões históricos. A Petrobrás também promove estragos ao patrimônio natural, pois por diversas vezes foi responsável por vazamentos de óleo que contaminaram algumas praias e rios, afetando principalmente a atividade pesqueira praticada por grande parte da população caiçara como forma de subsistência. Quando a empresa se instalou, parece não ter havido um planejamento de possíveis impactos e hoje a empresa praticamente “abraça” o centro da cidade.

A expansão industrial é importante, mas não se pode permitir que empresas venham poluir e provocar danos irreparáveis à fauna e a flora do município. O desenvolvimento planejado traz segurança não só aos turistas, mas também a população residente. Esperamos que este trabalho seja um alerta para todos sobre a necessidade constante de vigilância sobre o patrimônio cultural e natural e uma bandeira a ser desfraldada pelos políticos locais.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, N. Porto de São Sebastião: Proposta de expansão após uma vida de expectativas. *Revista Litoral Norte Magazine*. nº11, ano II, junho a julho de 2008.
- BARRETTO, M. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. *Turismo em Análise*, v.15, n. 2. São Paulo: Aleph, 2004, p. 134-149.
- BASTOS, S. Patrimônio Cultural e Hospitalidade: subsídios ao planejamento turístico. In: DENCKER, Ada de Freitas Maneti (coord.) *Planejamento e gestão em Turismo e Hospitalidade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- BORGES, J; SANTOS, R. Revitalização do Turismo e os desafios para preservação das identidades locais no complexo turístico do Barreiro - Araxá (MG). In: TREVIZAN, Salvador D. P. (org). *Comunidades Sustentáveis, a partir do Turismo com base local*. Ilhéus. Editus, 2006.
- DENCKER, A. *Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo*. São Paulo: Futura, 1998.
- DE BENEDICTIS, O. *Memória paulista*. São Paulo: Policarpo. 2008.
- DOMSCHKE, V. *São Sebastião: proposta de renovação urbana*. USP. Dissertação de mestrado. São Paulo, 1998.
- GONÇALVES, J. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos Patrimônios Culturais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.
- GONÇALVES, J. *A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.
- LOVISOLO, H. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 16-28. 1989.
- LUYTEN, J. *O que é literatura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MENEZES, U. Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. IN: YAZIGI, Eduardo e outros. *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MELO NETO, F. P. Evento: de ação, de entretenimento a agente de promoção do patrimônio histórico-cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2005.

MONNET, J. O álibi do patrimônio crise da cidade. *Revista do Patrimônio histórico artístico e nacional*, n. 24, 1996.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P; PINSKY, J (orgs). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto, 2005.

SCOCUGLIA, J. *Cidadania e patrimônio cultural: oficina escola, projeto Folia Cidadã e acervo no centro histórico de João Pessoa*. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2004.

Sítios da Internet

<<http://www.saosebastiao.sp.gov.br>>

<<http://www.jornalvaleparaibano.com.br>>

<<http://www.iphan.gov.br>>

<<http://www.dersa.sp.gov.br>>

<<http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php>> acesso em 17/09/2008

<<http://www.cultura.sp.gov.br/portal>> – acesso em 12/07/2008

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1203200829.htm>> acesso em 23/08/2008

<www.iepha.mg.gov.br> acesso em 18/09/2008

<<http://www.quintacidade.com/wp-content/uploads/2008/03/indice-das-cartas-do-icomos.pdf>>acesso em 12/07/2008